



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
UNIDADE PROFESSOR JOSÉ BATISTA DE OLIVEIRA
CURSO DE PEDAGOGIA

ANDRESSA DA SILVA GRANGEIRO

**A PERCEPÇÃO DE CUIDADORAS SOBRE SUA FUNÇÃO E ATUAÇÃO EM UMA
ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE IMPERATRIZ/MA**

ANDRESSA DA SILVA GRANGEIRO

**A PERCEPÇÃO DE CUIDADORAS SOBRE SUA FUNÇÃO E ATUAÇÃO EM UMA
ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE IMPERATRIZ/MA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências de Imperatriz/CCIM, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Melo Agapito

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Grangeiro, Andressa da Silva.

A PERCEPÇÃO DE CUIDADORAS SOBRE SUA FUNÇÃO E ATUAÇÃO EM
UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE IMPERATRIZ - MA / Andressa
Grangeiro. - 2025.

61 p.

Orientador(a): Francisca Agapito.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2025.

1. Cuidador Escolar. 2. Educação Inclusiva. 3.
Desafios. I. Agapito, Francisca. II. Título.

ANDRESSA DA SILVA GRANGEIRO

**A PERCEPÇÃO DE CUIDADORAS SOBRE SUA FUNÇÃO E ATUAÇÃO EM UMA
ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE IMPERATRIZ/MA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências
de Imperatriz/CCIM, para obtenção do grau de Licenciada
em Pedagogia.

Aprovada em: 13/03/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Francisca Melo Agapito (Orientadora)

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a Dr.^a Herli de Sousa Carvalho (1º Examinadora)

Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof.^a Ma. Auricelia de Aguiar Silva (2º Examinadora)

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL

Dedico essa monografia a
Deus, a minha mãe Maria Deusimar
Miranda da Silva Grangeiro e meu pai
Antonio Grangeiro da Silva.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido à vida e permitir que eu vivenciasse as aventuras nesse mundo.

A minha mãe, Maria Deusimar Miranda da Silva Grangeiro, por tudo que ela sempre fez por mim e por sempre acreditar que sou capaz de conquistar o mundo, se eu quiser. Você é a mulher mais forte que existe. Te admiro e aprecio.

Agradeço ao meu pai, Antônio Grangeiro da Silva, pelo cuidado e proteção. Obrigada por se revoltar com as minhas lutas e por acordar cedo todo dia para preparar meu café da manhã. Você nunca diz “não” e sempre vai à luta.

Aos meus irmãos, Anderson da Silva Grangeiro e André da Silva Grangeiro, que desde a infância me fizeram entender que eu nunca estaria sozinha na vida, que sempre estarão aqui para o que der e vier.

À minha orientadora, a professora Dra. Francisca Melo Agapito, muito obrigada, não foi fácil chegar aqui, mas conseguimos.

Aos “Beloveds”: Brenda de Oliveira Silva, Beatriz Vitória Vieira Gama de Cerqueira, Eduardo Moura do Nascimento, Emanuel Mateus da Silva Bandeira, José Miguel Rodrigues Tavares, Matheus Ian Cidreira Costa e Nycole Ruth Fernandes Nobre por fazerem a minha vida na UFMA mais divertida, linda e grandiosa. A minha vida acadêmica não seria a mesma sem vocês, obrigada por tudo.

À minha amiga Priscila Domingues do Amaral que se tornou uma irmã de vida. O mundo é seu, se jogue nele.

À Sara Silva Pereira, Myrella América Aguiar de Carvalho Machado e Maria Zelina de Melo Leão por estarem torcendo por mim, me ajudando através de palavras e me alegrando diariamente. Encontrar vocês na Magazine Liliani foi algo sagrado.

Agradeço aos meus professores e professoras que durante esses anos na UFMA me ajudaram a construir o meu perfil discente e docente, obrigada pela partilha, pelo conhecimento e pelo novo olhar para o mundo.

A todos que de alguma maneira me ajudaram e inspiraram a chegar aqui, por ter acreditado em mim e ter tornado possível este sonho. E como diz Carla Madeira: “Ouse, ouse tudo! Seja na vida o que você é, aconteça o que acontecer”, posso dizer que ousei muito para finalizar essa etapa.

Se antes de cada ato nosso, pudéssemos prever todas as consequências deles, e pensar nelas seriamente, primeiro as imediatas, depois as prováveis, depois as possíveis, depois as imagináveis, não chegaríamos sequer a mover-nos porque o nosso primeiro pensamento nos teria feito parar.

(José Saramago)

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a percepção de cuidadoras sobre a função e atuação concretizada em sala de aula para a promoção da inclusão em uma escola pública de Imperatriz/MA. Para a sistematização deste, foram utilizados autores da área da educação inclusiva, tais como Lima (2008), Castro (2013), Figueira (2008), Lanna (2010), Mendes (2010), Sassaki (1998), Domingues (2005), Lopes (2018), dentre outros, além de legislações, tais como a Lei Brasileira da Inclusão (2015), História do Movimento Político das Pessoas com deficiência no Brasil (2010), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961), Centro Nacional de Educação (1973), Declaração de Direitos Humanos (1948), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Declaração de Salamanca (1994), Política Nacional de Educação Especial (1994), que subsidiaram as discussões sobre a temática em estudo. No âmbito metodológico, a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, com o acréscimo de uma pesquisa de campo, realizada em uma escola da rede municipal de Imperatriz/MA, tendo como participantes três cuidadoras. Para a geração de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas e os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Os resultados apontaram que existe uma falta de nitidez sobre as atividades que é de responsabilidade do/a cuidador/a, que embora as participantes da pesquisa tenham ciência sobre a relevância da sua presença na sala aula existe uma lacuna entre que faz parte ou não do trabalho do profissional cuidador. Percebe-se, que a ausência da construção de uma identidade definida do cuidador escolar, dificulta avanços dentro da educação inclusiva. Isso abre espaço para que o/a cuidador/a assuma a função que não é do seu ofício, assim, sobrecarregando-o com atividades que são de responsabilidade do/a professor/a. Além disso, existe a falta de recursos, valorização e de treinamento parece cooperar para dificultar ainda mais o trabalho das cuidadoras. Ratificamos que o/a cuidador/a ganhou um espaço significativo dentro na educação e se tornou mais presente no cotidiano escolar. De maneira, que se faz necessário novas investigações sobre este profissional.

Palavras-chave: Cuidador/a Escolar. Educação Inclusiva. Desafios.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the perception of caregivers about the role and performance carried out in the classroom to promote inclusion in a public school in Imperatriz/MA. To systematize this, authors from the area of inclusive education were used, such as Lima (2008), Castro (2013), Figueira (2008), Lanna (2010), Mendes (2010), Sassaki (1998), Domingues (2005), Lopes (2018), among others, in addition to legislation, such as the Brazilian Inclusion Law (2015), History of the Political Movement of People with Disabilities in Brazil (2010), Law of Guidelines and Bases of National Education (1961), National Center for Education (1973), Declaration of Human Rights (1948), Statute of Children and Adolescents (1990), Salamanca Declaration (1994), National Policy for Special Education (1994), which supported the discussions on the topic under study. In the methodological context, the research had a qualitative approach, with the addition of a field study, carried out in a school of the municipal network of Imperatriz/MA, with three caregivers as participants. To generate data, semi-structured interviews were conducted and the data obtained were analyzed descriptively. The results indicated that there is a lack of clarity about the activities that are the responsibility of the caregiver, and that although the research participants are aware of the relevance of their presence in the classroom, there is a gap between what is or is not part of the work of the professional caregiver. It is clear that the lack of construction of a defined identity of the school caregiver hinders progress within inclusive education. This opens space for the caregiver to assume a function that is not their job, thus overloading them with activities that are the responsibility of the teacher. In addition, there is a lack of resources, appreciation and training that seems to cooperate to make the work of caregivers even more difficult. We confirm that caregivers have gained significant space in education and have become more present in everyday school life. Therefore, further research into this professional is necessary.

Keywords: School Caregiver. Inclusive Education. Challenges.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LB	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MA	Maranhão
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PNE	Plano Nacional de Educação
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação, perfil e atuação das Cuidadoras.....	45
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE E NO CAMPO EDUCACIONAL	15
2.1 Rastros da história das pessoas com deficiência no contexto brasileiro.....	18
2.2 Diálogo sobre a Educação Inclusiva.....	28
3 DO PROFISSIONAL CUIDADOR AO CUIDADOR ESCOLAR.....	31
3.1 Cuidador Escolar: Quem é este profissional?.....	33
4 DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS AOS ACHADOS SOBRE A FUNÇÃO E ATUAÇÃO DO CUIDADOR NO AMBIENTE ESCOLAR.....	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as cuidadoras.....	59
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para as cuidadoras.....	61

1 INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiência é uma realidade, embora haja muitas situações ainda em construção, é possível perceber avanços, e neste contexto, para auxiliar nesse processo construção de uma educação mais diversificada, igualitária e justa, destacamos a presença do profissional cuidador escolar. Dessa forma, é imprescindível sua atuação no contexto escolar, conforme a necessidade que é apresentada por cada deficiência. Embora haja documentos legais que direcionam a atuação do cuidador para auxílio de alimentação, higiene e locomoção do aluno, o que ocorre muitas vezes na escola, é o desvio de função, que corrobora para dificuldade em definir a sua atuação e valorização do trabalho.

O conhecimento sobre este novo agente dentro da escola, foi durante a regência do Estágio em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da pesquisadora, realizado no âmbito do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), do Centro de Ciências de Imperatriz (CCIM), Unidade José Batista de Oliveira. No citado estágio, foi observado mais de perto o trabalho de duas cuidadoras, das quais, uma era responsável por uma criança com TDAH e a outra por uma com autismo moderado. Durante esse período ocorreram vivências de algumas situações que trouxeram indagações sobre a atuação do cuidador, principalmente a respeito do trabalho, sobre quais atividades eles deveriam fazer, e quem é esse profissional que há pouco tempo tem ganhado um lugar no ambiente escolar? Além dos documentos e autores que dialogam com a permanência do cuidador na escola, se sua presença é respeitada e assegurada? Portanto, na busca por compreender este objeto consideramos necessária esta pesquisa, pois a temática sobre a percepção dos cuidadores, a sua função na educação é pouco debatida e assistida e como futura profissional da educação, ratifico esta motivação para investigar tal problemática. Diante do exposto a pergunta que impulsionou a presente pesquisa foi: Qual a percepção de cuidadoras sobre a função e atuação concretizada em sala de aula para a promoção da inclusão em uma escola pública de Imperatriz/MA?

A partir disso, a construção do objetivo geral deste trabalho foi analisar a percepção de cuidadoras sobre a função e atuação concretizada em sala de aula para a promoção da inclusão em uma escola pública de Imperatriz/MA. Neste contexto, foram organizados os objetivos específicos que orientaram para o desenvolvimento do trabalho, os quais foram: situar alguns apontamentos históricos sobre a educação

de pessoas com deficiência; discutir sobre a profissão do cuidador, bem como a sua função em âmbito educacional e explorar a percepção de cuidadoras de uma escola pública quanto ao trabalho desenvolvido em prol da Educação Inclusiva.

Durante a construção de todo o trabalho foram analisadas informações, estudos de pesquisadores que viessem agregar no desenvolvimento deste trabalho, visto que, o assunto é suma importância para ser debatido e estudado, principalmente, neste momento em que o profissional cuidador escolar ganhou mais visibilidade e um lugar permanente dentro do ambiente escolar. Para contribuir com as reflexões sobre a temática em estudo, alguns autores escolhidos foram: Lima (2008), Castro (2013), Figueira (2008), Lanna (2010), Mendes (2010), Sassaki (1998), Domingues (2005), Lopes (2018), dentre outros. Além de autores que dialogam sobre o tema, documentos que ajudaram na construção de uma Educação mais inclusiva também foram estudados e lidos como: LBI (2015), História do Movimento Político das Pessoas com deficiência no Brasil (2010), LDBEN (1961), CENESP (1973), Declaração de Direitos Humanos (1948), ECA (1990), Declaração de Salamanca (1994), PNEE (1994), ONU (2006) e outros. Além disso, alguns documentos que trazem determinações sobre o/a profissional cuidador/a, de dois municípios – Campinas em São Paulo e Aurora em Fortaleza – foram utilizados para construção do trabalho.

Diante dos objetivos a serem alcançados, traçamos como caminhos metodológicos, o estudo de referenciais teóricos para embasar as discussões, além de pesquisa de campo. A abordagem do trabalho foi qualitativa e para a geração de dados realizamos entrevistas semiestruturadas com três (03) cuidadoras de uma Escola Municipal de Imperatriz/MA. As perguntas visaram aprofundar e trazer mais detalhes sobre a temática. Algumas perguntas abordavam sobre a atuação, a qualificação, como é desenvolvido o trabalho de inclusão da criança e o que poderia ser feito para melhorar o trabalho.

Para direcionar o andamento deste trabalho sistematizamos sua estruturação em cinco capítulos, incluindo a introdução, que apresenta a temática da pesquisa, a justificativa para escolha do tema e divisão do trabalho. O segundo capítulo dialoga sobre a pessoa com deficiência na sociedade e seus direitos educacionais, aborda sobre o processo de exclusão e segregação que a pessoa com deficiência viveu durante toda a história da sociedade. Consequentemente, a exclusão dificultou o reconhecimento da pessoa com deficiência e seus direitos, principalmente educacionais que até os dias atuais se tornam uma grande questão. Na seção do

segundo capítulo, é levantada a questão da pessoa com deficiência na sociedade brasileira e quais foram criadas e adotadas para inclusão deles. Na seção seguinte é abordada a importância da Educação Inclusiva e o processo para a sua construção, como um ambiente que deve buscar ser um lugar que procura acolher e incluir todos aqueles que querem ser educados/as.

O terceiro capítulo inicia com a definição do cuidador de modo geral em que é citado por autores, como França (2020) e Oliveira (2020), sobre a sua função que se remete ao cuidado. Além disso, a definição de cuidador com base na Classificação Brasileira de Ocupação. No mesmo capítulo, é discutido sobre as nomenclaturas que o cuidador escolar assume em determinadas regiões e documentos e sobre o direito da pessoa com deficiência ter esse profissional juntamente com ele. A seção do capítulo é finalizada com o questionamento de “Quem é esse profissional”, momento que é debatido sobre o perfil desse cuidador escolar, as dificuldades de definir as atribuições que precisam ter e a não regulamentação da sua forma de atuar na sala de aula.

Na continuidade do desenvolvimento desta investigação, são destacados os caminhos metodológicos, seguida da análise dos resultados obtidos que se deu por meio de entrevista semiestruturada, que visou uma compreensão mais nítida sobre a temática investigada, a partir da percepção destas profissionais, tendo em vista que elas vivenciam a realidade escolar, assim como atuação e desafios. Por fim, apresentamos as considerações finais, que trazem algumas reflexões, de forma a buscar a articulação entre os objetivos e o alcance destes para traçar contribuições sobre este tema em estudo

2 HISTÓRICO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA SOCIEDADE E NO CAMPO EDUCACIONAL

No contexto histórico é possível verificar que cada sociedade existente ditava aqueles que eram considerados como o “corpo perfeito”, a “mente perfeita”, mediante a isso, aqueles que não correspondiam às características solicitadas eram descartados da sociedade e do convívio social. A partir disso, ao longo do processo da construção da sociedade, as pessoas com deficiência foram excluídas e esquecidas.

A exclusão dá início na vida do homem primitivo, pois, o mundo era bem hostil para a pessoa com deficiência se adaptar na luta pela sobrevivência. Conforme o ser humano foi se desenvolvendo cognitivamente, o ambiente foi se modificando e cidades foram criadas, deu-se a busca por maneiras de se organizar como sociedade. Dentro dessa nova organização e de um novo jeito de pensar, surgem ideais e padrões a serem seguidos, e nesse contexto, as pessoas com deficiências não se enquadravam. Segundo Lima (2008), todo percurso da pessoa com deficiência foi construído dentro de um modelo de sociedade que o excluía e anulava a sua participação na comunidade.

Há registros que as crianças antes mesmo de chegarem na fase adulta eram mortas. Qualquer bebê ou criança que apresentasse algum tipo deficiência era morta ou abandonada pelos pais. Na Grécia e em Roma, eram permitidos pelas autoridades essas tais atrocidades para que houvesse uma “limpeza da impureza” na sociedade, como afirma Castro (2013, p. 1) que:

Os bebês nascidos disformes deveriam ser expostos, a deformidade da criança ou a pobreza da família bastavam para que a justiça doméstica decretasse a sua morte e o seu abandono. Na Roma Antiga os bebês malformados eram enjeitados ou afogados. Estes podiam ser perfeitamente mortos, atirados ao mar ou queimados. Acreditava-se que as deformidades traziam mau agouro para comunidade e para a família.

As mortes das crianças eram vistas como uma atitude correta e aceita pela sociedade romana, quaisquer crianças que nasciam e não se enquadravam nos parâmetros da população, eram descartadas ou sentenciado a morte. Dessa forma, predominou-se uma grande rejeição no que se refere à população com deficiência e pensamentos como estes não limitavam apenas na antiga Roma.

Na sociedade Espartana, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram consideradas defeituosas, sub-humanas e muitas dessas crianças não chegavam a fase adulta, pois eram abandonadas a própria sorte ou poderiam ser eliminadas do convívio social ou até mortas, conforme Botur e Manzoli (2007, p. 66):

Em Esparta crianças portadoras de deficiências física ou mental eram consideradas sub-humanas, o que legitimava a sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com as ideias atléticas e clássicas, além de classistas, que serviam de base à organização sociocultural de Esparta e Grécia.

Neste aspecto, as discriminações ocorriam baseado na organização da sociedade. Se alguma criança não fosse considerada perfeita de acordo com as ideias atléticas e clássicas, eram eliminadas. Mais uma vez o infanticídio era legitimado pela estrutura social da época e considerado normal para humanidade. Alguns pensadores como Platão e Aristóteles compartilhavam pensamentos excludentes direcionadas as pessoas com deficiências. Platão defendia a morte das crianças que eram disforme e que os adultos deveriam decidir qual seria o destino destas, caso fosse constatado alguma anomalia ou deformidade seriam abandonadas. Segundo Castro (2013, p. 2):

Apesar o pensamento de Platão em relação aos princípios da educação estar à frente de seu tempo, ele tinha uma concepção excludente em relação aos deficientes, na verdade, um sentimento comum à sua época, Platão em seu livro “República” propõe a morte das crianças de corpo mal organizado e o cuidado dos que receberem da natureza corpo são e alma formosa.

Assim como Platão pensava que a pessoa com deficiência deveria viver excluído da sociedade, Aristóteles assegurava que uma criança disforme deveria ser abandonada e era inútil o Estado investir na educação da pessoa surda.

A Política, de Aristóteles, Livro VII, Capítulo XIV, 1335 b – Quanto a rejeitar ou criar os recém-nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se os costumes das cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida (a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e vida) (Gugel, 2007, p. 63).

Tal pensamento defendido por Aristóteles, não se referia apenas a exclusão ou abandono, mas em controlar aqueles que podiam ou não ter filhos baseados nos históricos familiares. Além de propor a criação de uma lei que pudesse assegurar tais

absurdos defendidos por ele e que viesse validar ainda mais a exclusão dessas pessoas.

Em relação ao Estado Grego que tinha uma preocupação maior para o ingresso do menino na atuação militar, dentro da sociedade se pregava o “corpo saudável” e a “estética perfeita”, qualquer recém-nascido apresentando algo não condizente com o que o Estado esperava, os anciões analisavam e davam o aval para “criança perfeita” ou “criança disforme”. Caso houvesse a constatação de alguma deformidade, as crianças eram mortas, pois não admitiam pessoas imperfeitas para conviver em sociedade (Santos, Velanga, Barba, 2017, p. 317).

Essa concepção de exclusão se pendurou até o advento do Cristianismo, que pregava que todas as pessoas eram filhas de Deus. Com os ensinamentos de Jesus sobre fazer o bem ao próximo e espalhar que todo ser humano é escolhido e filho de Deus, as pessoas começaram a se voltar para as caridades com aqueles que tinham deficiência. A partir disso, as igrejas começaram a missão de abrigar e alimentar essas pessoas que antes eram excluídas da convivência social.

Na Idade Moderna, com o crescente avanço na área da Medicina, a sociedade passou a compreender que a deficiência era uma doença e que precisava de tratamento médico. Segundo Castro (2013, p. 4):

Foi a partir desse período que se foi pensado em criar meios de trabalho e locomoção aos portadores de deficiência física, dentre elas, cadeira de rodas, as muletas, bengalas, bastões, macas, coletes, próteses, veículos, adaptados, camas móveis entre outros.

Nesse período nota-se os esforços em promover a inclusão e autonomia da pessoa com deficiência, esse avanço reflete tanto no reconhecimento de atender as suas necessidades na sociedade como na busca de conceber direitos para essa população. Além disso, pela primeira vez distinguiu a surdez a mudez, surdo-mudo deixou de direcionado a pessoa surda. Houve também a criação de Código *Braille* (1829), para integração da pessoa com deficiência visual.

Portanto, ao longo da construção da sociedade percebesse que aqueles que não se encaixavam dentro das normas ditas por cada época eram mortos ou abandonados. Foi um caminho árduo para inserção da pessoa com deficiência no convívio social e no contexto brasileiro não foi diferente, em muitos aspectos, variados desafios no campo da educação e da sociedade como um todo foram vivenciados por

peessoas com deficiência; sobre alguns destes aspectos são abordados na seção seguinte.

2.1 Rastros da história das pessoas com deficiência no contexto brasileiro

Assim, como no resto do mundo, no Brasil, houve o período em que a pessoa com deficiência não era bem-vista pela comunidade, conseqüentemente, era afastada do meio social, ou seja, excluída. No livro “Caminhando em Silencio: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiências na história do Brasil” publicada a primeira edição em 2008, traz um panorama o percurso sobre vivências dessas na sociedade brasileira. Segundo Figueira (2008, p. 55-56) “no cenário da escravidão, presume-se que devido as condições que se apresentavam nos navios alguns escravos acabavam adquirindo algum tipo de deficiência”. Se caso não ocorresse durante a essa travessia, alguns castigos que sofriam pelos “senhores” lhes causavam alguma deficiência. Há relatos que ocorreriam fraturas corporais, extrações de olhos, amputações dos membros, e, conseqüentemente, essas pessoas eram abandonadas e viviam de esmolas. Os colonizadores também sofreram em determinados momentos situações que causaram doenças graves ou deficiências físicas, e da mesma forma procedimentos médicos nesse período também marcado como uma das causas de deficiência física.

Mas no que se refere nesse processo de exclusão no Brasil, pontuam que os povos indígenas compartilhavam a mesma linha de pensamento que o restante do mundo sobre a pessoa com deficiência. Figueira (2008) relata alguns indícios de práticas e costumes que eliminavam as crianças que nasciam com alguma deficiência e se caso a pessoa viesse a desenvolver posteriormente na fase mais tardia, os indígenas abandonavam as crianças nas matas ou atiravam das montanhas mais altas.

De acordo com o livro “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”¹ lançado em 2010, o que ocorria dentro da sociedade brasileira era o isolamento das pessoas com deficiência. O Brasil não era referência em relação

¹ Este livro faz parte do Projeto Organização dos Estados Ibero – americana para Educação, a Ciência e a Cultura OEI/BRA O8/0001 - publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, o documento busca resgatar a trajetória histórica em nosso país e evolução da luta pelos direitos das pessoas com deficiências.

a ter grandes instituições de internações, o que acontecia era que muitas dessas pessoas ficavam enclausuradas dentro de suas próprias casas, e apenas em casos graves eram levados para as Santas Casas ou para a prisão. Apenas no século XIX iniciaram-se as primeiras etapas para atender as pessoas com deficiência, pois o País dava os primeiros passos após a Independência. Como “a sociedade era marcada por aristocracia escravocrata, elitismo, rural e com limitação da participação ativa da população, dificilmente as pessoas com deficiência tinham possibilidade de ter direitos atendidos” (Lanna, 2010, p. 20).

Outro momento que se destacou no país foi o Movimento Higienista, que tentava garantir pessoas sadias no futuro, isso acontecia a partir da busca pela causa da mortalidade ou na causa que tal deficiência se apresentava, assim, a pessoa se tornava um “fiscal da higiene” e procurava melhorar a qualidade de vida. Mendes (2010, p. 95) ressalta que:

Os médicos foram os primeiros a estudar os casos das crianças com prejuízos mais graves e criaram instituições para crianças junto a sanatórios psiquiátricos [...] Esse interesse dos médicos pelas pessoas com deficiências teria maior repercussão após a criação dos serviços de higiene mental e saúde pública que em alguns estados deu origem ao serviço de inspeção médica – escolar e a preocupação com a identificação e educação dos estados anormais de inteligência.

Em julho de 1841, foi fundado o primeiro hospital destinado para o tratamento das pessoas alienadas, denominado Hospício de Dom Pedro II, que era associado a Santa Casa de Misericórdia. Além desse hospital, foi criado em 1856 o Instituto dos Meninos Cegos e durante esse período apenas os cegos e os surdos eram contemplados com ações para a educação. Em 1874 “foi criado o Hospital Estadual de Salvador na Bahia destinado as pessoas com deficiências mentais” (Lanna, 2010, p. 20). Agora, eles teriam um espaço para receberem tratamento.

Durante o século XX, o Estado pouco se preocupou em promover novas ações destinadas para as pessoas com deficiência, apenas tentou expandir o que existia e funcionava sob a ótica deles. “Eles não estavam comprometidos com a inclusão das outras deficiências, apenas a atender uma parcela que seria as pessoas surdas e cegas” (Lanna, 2010, p. 20). Como o Estado não promovia novas ações, a sociedade civil buscou desenvolver esse papel voltada para educação e saúde.

No Brasil, no ano de 1926, com o advento dos institutos para atendimentos de forma assistencialista e logo após com a criação do primeiro local para Atendimento

Educacional Especializado (AEE) para pessoas superdotadas na Sociedade Pestalozzi, iniciativa que partiu de Helena Antipoff que dedicava à educação de pessoas com deficiência. A sociedade passou a se movimentar em criar documentos legais que garantissem que as pessoas com deficiência tivessem acesso à educação, embora não disponibilizassem de quais maneiras seriam feitas a inclusão. A instituição foi pioneira e teve um papel crucial para o crescimento da Educação Especial no Brasil.

Criou-se as Sociedades Pestalozzi (1932) e as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-1954). Devido ao surto de poliomielite que aconteceu na década de 1950, criaram os centros de reabilitação física. Com a criação desses espaços, de acordo com Mendes (2010) o Estado Novo foi marcado como movimento de expansão do Ensino Especial, cerca de 190 estabelecimentos foram criados para atender o público.

Em 1961, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que amparou que “o atendimento educacional às pessoas com deficiência, a educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade. (Brasil, 1961, Art. 88)”. Embora houvesse uma esperança que a partir disso fosse garantido uma inclusão dentro da escola, o que ocorreu foi que, por mais que tivesse uma lei que permitisse os/as alunos/as na sala de aula, o sistema educacional não estava equiparado para receber os/as alunos/as, ou seja, acabavam sendo encaminhados para as salas especializadas em atendimentos especiais. O aval para esse ocorrido veio mediante a segunda Lei de Diretrizes e Bases Educacionais do Brasil n.º 5.692 (Brasil, 1971) que foi criada na época da Ditadura Militar (1964-1985), no artigo 9º previa que “os alunos deficiências físicas ou mentais, os que se encontrarem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação” (Brasil, 1971). A partir disso, os/as alunos/as teriam uma atenção diferenciada dos/as outros/as.

Em 1973, o MEC criou o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) que tinha como objetivo “promover ações educacionais voltadas para pessoas com deficiência e com superdotação em todo território brasileiro, a melhoria e crescimento no atendimento à pessoa com deficiência”, porém, “as medidas ainda se

configuravam como assistencialistas e iniciativas isoladas do Estado” (Brasil, 2010, p. 12). Ou seja, as medidas não eram de inclusão para o/a aluno/a com deficiência.

Em busca de garantir que o mundo não entrasse em grandes conflitos que ameaçasse a vida humana e garantisse direitos básicos, foi criada a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que prevê que toda pessoa independentemente da sua origem, étnica, orientação sexual, religião, entre outras coisas, possui direitos básicos que devem ser atendidos, respeitados e garantidos. E um destes é a educação, ou seja, nesse momento a pessoa com deficiência passa a ser alguém digno com direitos de desfrutar uma vida plena, portanto, ter o direito à educação e estar em uma sala de aula.

A partir da década de 1980, cresce um grande movimento em prol da inclusão escolar, como isso, a Constituição Federal (Brasil, 1988) traz um novo olhar em busca de garantir que os direitos básicos dos cidadãos brasileiros sejam respeitados e concedidos, no art. 3º, inciso IV diz que “promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1998). Consequentemente, todo/a que tinham os mesmos direitos e eram assegurados com a Constituição.

No artigo 205 da Constituição, prevê “a educação como um direito de todo e que um dever do Estado e da família, visando em construir um ser humano qualificado profissionalmente e que desenvolva melhor a sua cidadania” (Brasil, 1988). No artigo 206, estabelece “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (Ibidem, 1988). Ela também coloca “a Educação Básica como obrigatório e gratuita dos 4 anos 17 anos e o Estado tem como dever garantir que todas as pessoas tenham acesso à educação” (Brasil, 1988), além de oferecer “atendimento educacional especializados aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988). Garantindo assim, que eles tivessem acesso a Educação Básica e atendimento educacional especializados para melhor recebê-los.

Outro marco legal foi a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 no art. 55, que determinava a obrigatoriedade dos “os pais ou responsáveis em matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” (Brasil, 1990). Além disso, nesta mesma lei determina garantia do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para as “crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino, trabalho protegido ao adolescente com deficiência e

prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção para crianças nessa condição” (Todos pela Educação, 2020, texto digital).

À medida que o cenário brasileiro galgava mudança na estrutura educacional buscando criar documentos legais para inclusão da pessoa com deficiência do ambiente escolar, em outros países do mundo não era diferente. Nesse mesmo ano da criação do ECA, houve uma Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, e o encontro proporcionou a discussão sobre a realidade educacional mundo afora, diversos países pregavam que a educação de qualidade era um direito de todos, porém era evidente que havia milhares de crianças, mulheres e homens que se encontravam sem nenhum acesso à educação e viviam no analfabetismo. Através da conferência pode-se estabelecer uma visão mais ampla e inclusiva da educação, onde os países assumiram o compromisso de promover o acesso, a qualidade e a equidade na educação para todos. No documento diz que:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo [...]

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo (Unesco, 1990).

Diante do exposto é inegável a importância da educação na vida do ser humano e de como pode nos conduzir ao mundo. A educação nos ensina a viver e sobreviver, vivenciar o mundo e suas potencialidades e se desenvolver plenamente. Dessa forma, a pessoa com deficiência não pode estar a parte disso, ela tem que ser incluída e vivenciar a cada momento o mundo educacional. Logo após, em 1994, através de uma resolução da ONU foi concebida a Declaração Mundial de Educação em Especial, em Salamanca e o documento é um marco no campo da Educação Inclusiva, “qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados”

(Unesco, 1994). A Declaração foi um divisor de água, já que defende que as diferenças humanas são normais, e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades, ao invés da criança ter que se adaptar às ações escolares pré-estabelecidas, o que por muito tempo foi defendido. Foi proclamado que:

I Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; II Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; III Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades; IV Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades; V Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional (Unesco, 1994).

Portanto, a Declaração de Salamanca (1994), veio reafirmar as mudanças que o meio educacional deveria adotar, de modo claro que precisava haver respeito com a particularidade de cada aluno e desenvolver uma Pedagogia centralizada em incluir, ensinar com métodos que possa ajudar na aprendizagem e ter um ambiente para acolher esse/a aluno/a. Além disso, o documento trazia orientações para ações regionais, nacionais e internacionais sobre a estrutura de ação na Educação Especial, sobre a escola, aborda administração, o recrutamento de educadores e a importância de estarem preparados para atender as necessidades de todos os alunos e o envolvimento da comunidade.

No mesmo ano foi criada a Declaração de Salamanca que postulava inclusão das crianças nas escolas e pontuava que o sistema educacional deveria se adaptar para atender melhor esses/as alunos/as, foi criado no Brasil o Plano Nacional de Educação Especial (PNEE). O documento abordava orientações para uma “integração instrucional” que “possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (PNEE, 1994, p. 19), ou seja, ao mesmo tempo destinavam as pessoas com deficiência para classes comuns, tinham que se adaptar ao funcionamento da sala de aula ou seriam encaminhadas para salas especializadas da Educação Especial. O PNEE não trouxe nenhuma reformulação para melhoria das práticas educacionais no

ensino comum, apenas reafirmavam que as crianças com deficiência deveriam ser direcionadas para ambientes que desenvolviam o atendimento especializado da Educação Especial, pois estes continuariam responsáveis por essas pessoas.

No cenário brasileiro, em 1996, foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394 (Brasil, 1996), propondo que os “sistemas de ensino devem assegurar o currículo, métodos, recursos e organizações específicas para atender as necessidades dos alunos”, ou seja, mais do que de receber o/a aluno/a com deficiência no ambiente escolar, a escola deveria desenvolver métodos e recursos que pudessem visar a construção de um currículo que atendesse as necessidades desse aluno. Além disso no art. 58 e 59, respectivamente, pontuam a respeito dos direitos das pessoas com deficiência:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais
 § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial
 § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (Brasil, 1996).

O artigo garante que a criança com deficiência seja incluída dentro de uma sala regular e que seja acompanhada por um serviço de apoio especializado para ajudar no seu cotidiano. Na mesma linha de raciocínio, no artigo 59 são registrados outros aspectos sobre a condução do processo educativo a estas pessoas:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais
 I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades
 II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotado;
 III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (Brasil, 1996, p. 25).

A Lei trouxe mudança significativa para o cenário educacional, assim, o Estado tem o dever de proporcionar maneiras de incluir os/as educandos/as dentro da rede de Educação, oferecer artifícios para não haver segregação escolar. As redes de

ensino têm como compromisso aprimorar seus currículos, métodos e recursos educativos para atender a todos/as que estão na sala de aula.

É importante recordar também sobre a Convenção Interamericana para a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiências, conhecida com a Convenção da Guatemala, no Brasil a partir do Decreto nº 3.956 (Brasil, 2001). A partir disso, as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos humanos que as demais pessoas definindo como discriminação a exclusão de uma pessoa com base na sua deficiência. O referido Decreto teve uma boa repercussão no âmbito educacional, exigindo uma nova roupagem para Educação Especial, adotada para promover a eliminação das barreiras que impediam o acesso à escolarização.

Em 2003, é implementado pelo Ministério da Educação (MEC) o Programa Educação Inclusiva: direito à Diversidade que tinha o intuito de apoiar a formação de gestores/as e educadores/as, com finalidade de transformar os sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos em 144 municípios, em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. O Programa se propôs a desenvolver:

Ações que pudessem garantir um amplo processo democrático, envolvendo diferentes atores da esfera pública e também os gestores das escolas, os quais de forma direta ou indireta, influenciam na qualidade da educação do município. A esfera pública implementa políticas educacionais orientadas pelo princípio da inclusão, enquanto os gestores das escolas se comprometem com a elaboração de projetos político pedagógicos que valorizam o desenvolvimento profissional e o envolvimento de todos os membros da comunidade escolar (MEC, 2006, p. 19).

Além disso, o Programa considerava que as organizações escolares repensassem que a escola tinha para as vidas dos alunos/as e na comunidade, e que também procurasse realizar o Seminário Nacional de Formação dos “coordenadores municipais e dirigentes estaduais; prestar apoio técnico e financeiro e orientar a organização da formação de gestores e educadores dos municípios polos e de abrangência; disponibilizar referenciais pedagógicos para a formação regional” (MEC, 2003).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2006, e o Brasil é um dos seus signatários. Ela tem como objetivo proteger os direitos das pessoas com deficiências ao redor do mundo, além de estabelecer que os Estados devem garantir um sistema de Educação Inclusiva em todos os níveis de ensino, assegurando que dentro desse

ambiente haja um desenvolvimento tanto estudantil como social para que tenha uma participação e inclusão da pessoa na sociedade (Brasil, 2010, p. 8). Por meio do Decreto Legislativo de nº 186, conforme o art. 5º da Constituição, as medidas da Convenção entraram em vigor no Brasil. O Artigo 24º (Brasil, 2009) garante que:

- a) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência
- b) As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário, sob alegação de deficiência
- c) Adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas
- d) As pessoas com deficiência recebam o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação

Essas medidas proporcionam que as pessoas com deficiências não sejam excluídas ou segregadas e, que a escola como uma instituição que todos/as devem estar seja um lugar acolhedor e respeitador. Além disso, que a escola não pode ser um lugar limitante para a pessoa com deficiência, pois é neste espaço que devem ocorrer oportunidades de aprender, vivenciar a vida em conjunto e superar as suas barreiras.

Ainda nesse cenário de inclusão, em 2008, foi criado pelo Governo Federal, a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, que “acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (Brasil, 2008, p. 5). Esta tem como objetivo “o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares” (Brasil, 2010, p. 20), consequentemente, também orienta os sistemas de ensino em como atender “às necessidades educacionais especiais”. Além de garantir:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 2010, p. 20).

Portanto, este documento veio afim de fortalecer os direitos das pessoas com deficiência na escola, promover a equidade e transformar os modelos escolares existentes ao colocar a inclusão como eixo central proporcionou a criação de um ambiente inclusivo e garantia de desenvolver plenamente.

Em 2014, através da Lei nº 13.005 foi instituído no Brasil o Plano Nacional de Educação (PNE), com a vigência de 10 anos, no qual seu objetivo é “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino” (Brasil, 2014, p. 9). O documento diz que o planejamento e o plano são duas coisas inseparáveis, e que ambos são políticos, com objetivos, coordenam e buscam caminhos para concretizá-las, e “essa é a natureza do Plano Nacional da Educação” (Brasil, 2014, p. 10). O referido Plano trouxe diretrizes para educação de modo geral, conforme o artigo 2º:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (Brasil, 2014).

Partindo disso, a Educação tinha novas diretrizes para cumprir e buscar abrir caminhos para um sistema educacional mais equitativo e justo.

No inciso 1º do PNE (2014) é destacada a responsabilização dos entes federados que estabelecerão planos de educação com estratégias, cita educação especial, assim fica determinado que “III – garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades” (Brasil, 2014). Sendo assim, este documento legal é uma ferramenta importante para o avanço e manutenção da educação brasileira, contendo metas essenciais para superar as desigualdades educacionais e promover equidade, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática.

Importante registrar ainda que, em 2015 foi criada a Lei nº 13.146 – Lei Brasileira de Inclusão (LBI) conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência que trata de um marco legal na garantia dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, promovendo equidade, inclusão, combatendo a discriminação e a inserção na sociedade. Além de garantir acesso as escolas

regulares, Atendimento Educacional Especializado inclui o direito ao trabalho, adaptações arquitetônicas, acessibilidade em transportes, comunicação e tecnologia, saúde, lazer, cultura e esporte. A LBI permitiu que a sociedade pense na pessoa com deficiência como alguém que mereça estar em outros espaços, quantos mais acessos e oportunidades oferecemos, maiores serão as conquistadas para elas.

Com os novos avanços em busca de promover a inclusão da pessoa com deficiência na escola surgem artifícios e uma nova consciência para desenvolver uma Educação Inclusiva, pois não basta esse indivíduo no ambiente escolar, ele precisa ser incluído e assistido.

2.2 Diálogo sobre a Educação Inclusiva

No que se refere a atualidade, percebemos que há muitos avanços relacionados a pessoas com deficiência, dentre as legislações aqui destacadas, podemos ressaltar também as tecnologias assistivas², uma maior consciência sobre a acessibilidade, debates sobre inclusão social e políticas governamentais voltadas para garantir direitos e oportunidades. Até a consolidação dos direitos que existem atualmente no Brasil e ao redor do mundo, ocorreu muito infanticídio, preconceito e luta pela inclusão. O Brasil é um dos países que possui uma das constituições com mais direitos voltados para as pessoas com deficiência, sendo signatário de declarações, documentos legais que amparam essas pessoas.

Um dos pilares para a construção de um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo foi por conta do Movimento Mundial pela Educação Inclusiva que se trata de um ato político, cultural, social e pedagógico que tem como objetivo defender o direito de alunos/as para que convivam e aprendam em conjuntos uns com os outros, sem discriminação. A criação desse movimento tem o documento dos Direitos Humanos (1948) como uma das bases educacionais, através disso, houve um reconhecimento das práticas que permeavam o sistema educacional que tornava a escola em um espaço excludente e discriminatório.

²Tecnologia assistiva é como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que tenham como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (Brasil, 2015)

A escola deve buscar maneiras de superar as adversidades e a Educação Inclusiva é o espaço central para o debate da superação da lógica da exclusão. Como pontua Freire *et al.* (2009, p. 94) que “todo processo histórico é carregado de significado e de descobertas, por isso o processo inclusivo não é diferente”. Portanto, todo ato histórico traz consigo oportunidade para a construção de um aprendizado mais profundo e/ou uma descoberta revolucionária, e o caminho para inclusão não está isento a isso, pois mediante essas mudanças se estabelece um lugar mais inclusivo. De acordo com Sassaki (1998, p. 8) a Educação Inclusiva:

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes.

A Educação Inclusiva busca assegurar o direito de estudantes a uma formação de qualidade, exigindo que a escola esteja preparada para receber o/a aluno/a e respeitar a sua particularidade, isso não quer dizer que a escola precise criar um espaço segregando alunos/as, mas deve ser transformada em um ambiente para todos as pessoas. Oliveira (2012, p. 95) afirma:

[...] a escola inclusiva deve atender as necessidades de “todos” e quaisquer alunos, nessa escola, as atitudes enfatizam uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação de estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive às associadas a alguma deficiência em qualquer instituição de ensino, e em todos os níveis de ensino.

Sabe-se que historicamente a escola foi considerada por muito tempo um local de segregação e que apenas um público específico da alta sociedade de cada época, considerados aceitos a partir do padrão de normalidade imposto, tinha a liberdade de estar em sala de aula, propiciando a exclusão de um outro grupo desfavorecidos, exclusão essa que foi legitimada e assinada por políticas de suas respectivas épocas, mediante a reflexão e debate através do movimento mundial pela Educação Inclusiva, percebeu que a mudança educacional deveria ser estrutural e

cultural para que as escolas ao redor do mundo oferecessem uma educação de qualidade, inclusiva e segura.

A construção de uma escola inclusiva requer mudanças e desprendimentos de práticas que aprisionam a educação dentro de uma perspectiva obsoleta impedindo a inclusão. Perrenoud (2000, p. 8) aponta fatores que dificultam a construção coletiva da Educação Inclusiva:

A limitação histórica da autonomia política-administrativa do profissional da Educação e o individualismo dela consequente, a falta do exercício das competências de comunicação, de negociação, de cooperação, de resolução de conflitos, de planejamento flexível e de integração simbólica, a diversidade das personalidades que constituem o grupo educadores.

Tais dificuldades poderão ser superadas por meio da consciência que a escola precisa mudar para ser mais inclusiva, juntamente com o corpo docente. Assim, a construção desta implica em transformação de ideias, práticas e relações sociais no âmbito político e administrativo.

Em síntese, ao longo do processo de implementação das políticas públicas voltada para uma Educação Especial numa perspectiva inclusiva, percebe que a partir da reflexão de qual era local da pessoa com deficiência, ela saiu desse lugar de “fardo” e “exclusão”, para um indivíduo que tem direitos e que é pertencente a comunidade, um ser humano ativo, social e político. E, diante do exposto, fica notório que houve um longo processo para que a sociedade mudasse suas concepções, e, assim as pessoas com deficiência tivessem o direito de estar juntas com as demais buscando usufruir de benefícios que em outros momentos lhes foram negados. E, após muitas lutas, é necessário reconhecer direitos conquistados e avanços relevantes que contribuíram para o início de uma sociedade mais inclusiva.

3 DO PROFISSIONAL CUIDADOR AO CUIDADOR ESCOLAR: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE

Este capítulo, aborda inicialmente a conceituação do profissional cuidador, não limitando apenas a sua relação com órgãos de saúde, mas o apresentando no cenário educacional, pois este profissional se torna necessário para o auxílio nas atividades do cotidiano e para construção de uma vida mais significativa. Dessa forma, “o papel do cuidador remete-se ao significado da palavra cuidar, significa querer o bem, estar com o outro, conhecer a singularidade do outro e ser o suporte para superação de suas dificuldades e limitações” (França; Oliveira; Oliveira; 2020, p. 5). Por isso, o trabalho do cuidador sempre esteve atrelado aos cuidados básicos, mas estritamente de pessoas acamadas, idosos ou enfermos, os atendimentos eram em casas, hospitais e asilos. A ocupação cuidador faz parte da Classificação Brasileira de Ocupação - CBO³ (2002), que define o cuidador como alguém “que cuida a partir dos objetivos estabelecidos por instituições especializadas ou responsáveis diretos, zelando o bem-estar, saúde, alimentação, higiene pessoal, educação [...] da pessoa assistida”.

Logo, a função do/a cuidador/a está inteiramente ligada no acompanhamento e no auxílio da pessoa fazendo apenas as atividades que não consegue executar sozinha. O Guia Prático do Cuidador (2008) ressaltada algumas atividades que a pessoa responsável pelo cuidar:

- Atuar como ele entre a pessoa cuidada, a família e equipe de saúde
- Escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada
- Ajudar nos cuidados de higiene
- Estimular e ajudar na alimentação
- Ajudar na locomoção e atividades físicas, tais como: andar, tomar sol e exercícios físicos
- Estimular atividades de lazer e ocupacionais
- Realizar mudanças de posição na cama e na cadeira, e massagens de conforto
- Administrar as medicações, conforme a prescrição e orientação da equipe de saúde
- Comunicar à equipe de saúde sobre mudanças no estado de saúde da pessoa cuidada
- Outras situações que se fizerem necessárias para a melhoria da qualidade de vida e recuperação da saúde dessa pessoa (Brasil, 2008, p. 8).

³ A Classificação Brasileira de Ocupação – OBA, instituída por portaria ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002, tem como finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho.

É importante que o cuidador, a família e a pessoa a ser cuidada entre em acordo para que as atividades sejam desenvolvidas devidamente para que não haja percalços no processo de cuidados, embora o cuidador esteja nesse ambiente para auxiliar, deve respeitar o espaço da pessoa cuidada e propiciar um lugar seguro e acolhedor.

Em relação a questão de nomenclatura e sobre sua função, de acordo com Lopes (2018), na legislação brasileira, as denominações desses profissionais são apresentadas de diferentes formas, como professores especializados (Brasil, 2001), cuidador ou monitor (Brasil, 2018), acompanhante especializados (Brasil, 2012) e na LBI (2015), apresenta-se como Profissional de Apoio.

Embora tais profissionais sejam apresentados de forma semelhantes e estejam no ambiente escolar desenvolvendo um trabalho para melhorar a qualidade do ensino e na inclusão da pessoa com deficiência, as atividades práticas são diferentes e algumas delas requerem formação para atuar. Conforme o documento de Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (2008), destaca que o Professor especializado deve ter a formação inicial que o habilite para a docência e formação específica na Educação Especial, que seja de forma inicial ou continuada. Uma das suas atribuições seria “identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos”.

O monitor como agente educacional por ter um contato direto com o/a aluno/a, tem como função a responsabilidade de auxiliar e orientar o/a estudante nas atividades pedagógicas, além de promover os atendimentos de higiene básica. A LDB prevê que o/a monitor/a deve ter uma formação inicial para desenvolver o seu trabalho, com afirma Santos (2013, p. 6), “o monitor acaba sendo um profissional secundário para exercer a função de professora que é um subordinado a outro profissional”, portanto, o monitor embora ainda seja formado não deve atuar como o/a professor/a regente, esse profissional está presente na sala estritamente para auxiliar o/a aluno/a nas atividades que estão com dificuldades.

Com a aprovação da Lei nº12.764 (Brasil,2012), um dos direitos garantidos para as Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi a presença do Acompanhante Especializado caso a criança necessitasse de ajudar na comunicação e comportamento esse profissional seria o/a facilitador/a no processo de inclusão dessa pessoa. Além da permanência desse profissional no ambiente escolar, o

Decreto nº 8.368 (Brasil, 2014) em seu art. 4º §2, ressalta que será responsável por cuidar da higiene pessoal, alimentação, desenvolvimento da linguagem e promover a interação social do/da educando/a.

Embora, haja diferenciação em qual espaço cada profissional irá atuar, existe muita dificuldade no que diz respeito a função e atuação de cada um destes profissionais deve desenvolver. Por falta de uma lei que regule a função em todo território nacional, o cuidador escolar é visto como “monitor”, “auxiliar de professor” ou “acompanhamento especializado”. Como bem sabemos, o cuidador escolar não é alguém que tem autonomia para atuar como educador, por conta da dificuldade nessa definição torna centralizar a função e atuação do/a cuidador/a no ambiente escolar.

Portanto, do exposto até o momento podemos confirmar que ainda existe ausência de compreensão sobre as ações de incumbência do profissional cuidador, e, em particular, a depender do local de trabalho que práticas deve realizar. Outro ponto importante diz respeito a não regulamentação de sua profissão no âmbito federal, o que tem tornado esse profissional desvalorizado e mal compreendido. Nesta lógica, diante dos desafios impostos sobre a atuação do cuidador no ambiente escolar, a próxima seção buscará trazer algumas reflexões.

3.1 Cuidador Escolar: quem é este profissional?

Na busca de uma sociedade com mais espaços inclusivos e nas criações de maneiras que pessoas com deficiência adentrassem no convívio social, um novo local de trabalho foi adicionado para a atuação do cuidador, o ambiente escolar. Nos últimos anos, o sistema educacional vem se organizando através de legislações, documentos e metas específicas em busca de garantir uma educação de qualidade e inclusiva, para proporcionar a presença e permanência da criança com deficiência no ambiente escolar, surge o cuidador, que passa a ser um agente de inclusão educacional. O cuidador se tornou uma parte integrante nesse processo e documentos legais defendem e preveem a sua presença, embora haja definições de sua função tendem a mudar de acordo com o documento existente ou com leis municipais de cada região, além disso, a nomenclatura encontrada em diferentes escritos mudam e dificultam a sua definição.

É inegável que a presença do/a cuidador/a no ambiente escolar e o trabalho desenvolvido precisa ser visto como uma grande conquista, pois através da busca de inclusão, uma nova função dentro da categoria de Cuidador passou a existir e contribuir para uma sociedade mais inclusiva. Um público, principalmente as crianças com deficiência que antes eram excluídas e segregadas podem construir uma vida escolar e vivenciar a experiência de estar em uma escola com outras crianças, aprendendo sobre a forma de ver o mundo por meio da educação. Atualmente, o/a aluno/a com deficiência matriculado/a em uma unidade de ensino regular e que necessite de auxílio tem o direito de ter um cuidador escolar. A garantia desse/a profissional na escola está na LDB (1996) que prevê “apoio especializado para os alunos com deficiência matriculados em escolas regulares” (Brasil, 1996). Esse apoio inclui a presença de um/a cuidador/a escolar, quando necessário, para auxiliar nas atividades cotidianas dos alunos.

Meta 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolar ou serviços especializados, públicos ou conveniadas (Brasil, 2014).

A Meta 4, neste contexto, garantiu que não apenas as pessoas com deficiência, mas pessoas com transtornos ou altas habilidades fossem aceitas no ambiente escolar, além da necessidade de acolhê-las da melhor forma possível, como uma ação das pessoas que fazem parte deste espaço.

A presença do/a cuidador/a escolar passa a ser um sujeito integrante das políticas de inclusão para atender as necessidades e garantir que o seu trabalho esteja contribuindo para um sistema de educação mais inclusivo. No que se refere a sua ocupação, conforme o documento Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educacional Inclusiva (2008) diz:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva na educação inclusiva, disponibilizar [...] monitor ou cuidador aos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (Brasil, 2008).

Por isso, a escola tem a obrigatoriedade de se organizar e solicitar a presença de um/a cuidador/a escolar em todo momento que o/a aluno/a com deficiência precisar, pois assim, terá a oportunidade de estar incluído no ambiente escolar.

Novamente a questão da nomenclatura sobre cuidador escolar foi abordada, com a aprovação da LBI (2015) a nomenclatura passa a ser Profissional de Apoio Escolar e no Guia digital da LBI, sua ocupação é mencionada como

o Profissional de Apoio Escolar: Pessoa que exerce atividade de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência. O profissional de apoio escolar pode atuar, sempre que necessário, em todas as atividades escolares, tanto instituições públicas quanto privadas (Brasil, 2015, p. 9).

Apesar do documento explicita as atribuições que serão desenvolvidas pelo/a cuidador/a, surgem muitas dúvidas e controvérsias sobre o seu trabalho. Isso se dá pois, na realidade, o/a cuidador/a é posto para desenvolver atividades de cunho educativo. Não é trabalho deste/a profissional atuar como educador/a em sala de aula, nem promover atividades pedagógicas e nem na resolução de tarefas juntamente com o/a aluno/a por quem ele é responsável. O papel do/a cuidador/a é contribuir na superação física por parte do/a aluno/a, ter sensibilidade, um olhar humano para as dificuldades alheias e ser empático para ajudar na construção social desse sujeito.

Nessa perspectiva, a presença do/a cuidador/a se torna inclusivamente fundamental e indispensável em todo o momento que o/a aluno/a estiver na escola, no que se refere aos cuidados pessoais, locomoção e alimentação. “O cuidador escolar é sujeito integrante das políticas de inclusão para atender as necessidades educacionais para o acesso e permanência das crianças” (Lima, 2018, p. 113).

Diante disso, surge a seguinte questionamento: Quem é esse profissional dentro da escola e qual é a sua função no processo de inclusão do/a aluno/a com deficiência? De acordo com Silva (2018, p. 32) “A atuação desse profissional está vinculada à inclusão educacional das crianças. Seus postos de trabalho se concretizam nas práticas de uma educação inclusiva”. Por mais que se entenda a importância do/a cuidador/a no processo de inclusão, ainda existe uma dificuldade na definição na atribuição desse profissional. Existe a carência de uma lei federal que regule a sua função dentro da escola, com isso, cada município tem autonomia para criar as suas diretrizes para atribuições da atuação do cuidador. Segundo Lopes (2018, p. 22) diz que “a autonomia que os municípios possuem na elaboração dos documentos por ausência de um padrão e de normas mais claras e definidas que

norteiam essa prática”. Como exemplo pode-se observar o município de Campinas, que na elaboração de um documento utilizado para o regime de contratação e que estabelece as atribuições do cuidador escolar, evidencia que:

Atuação do cuidador, muitas vezes apontadas, dizem respeito ao desenvolvimento de atividades pedagógicas – o que não é função do cuidador” e que diz também que “a presença de cuidador nesses casos justifica-se apenas quando a necessidade específica da criança com deficiência não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados às demais crianças (Brasil, 2021).

O município tenta delimitar as atribuições que o/a cuidador/a precisa fazer para auxiliar o/a aluno/a na sala de aula, que são as mesmas que a LBI prevê, o/a cuidador/a não deve desenvolver atividades pedagógicas. O documento traz outras orientações sobre as funções que o/a cuidador/a desenvolve:

- Garantir o acesso, o deslocamento e a movimentação do aluno em todo o espaço escolar para a realização das atividades internas e externas à sala de aula, inclusive nos horários de intervalo
- Realizar o apoio necessário nos momentos de alimentação, higiene bucal, uso do sanitário, higiene íntima, troca de fraldas e vestuário
- Executar, com segurança, as manobras posturais, de transferência e locomoção, conforme conhecimentos necessários ao desempenho da função
- Não é responsabilidade do cuidador ensinar o aluno a usar recursos como máquina Braille, teclado adaptado, sorobã, etc. Isso é função das professoras de educação especial
- Atuar em todos os espaços da escola, quando necessário, atentando para não interferir no trabalho pedagógico e no desenvolvimento da autonomia dos alunos
- Respeitar a privacidade de quem está sendo cuidado, demonstrando escuta, sensibilidade, empatia e paciência (Campinas, 2021).

Certamente o documento elaborado pelo Governo de Campinas, à época, delimita a função do/a cuidador/a escolar no processo de inclusão, é essencial para garantir acessibilidade, o conforto e a segurança do aluno, porém, a sua função não é pedagógica, não deve substituir o/a professor/a no ensino educacional. Desse modo, fica evidente que a função do cuidador no município de Campinas é estritamente à responsabilidade de cuidar e auxiliar nas atividades que a criança não consegue realizar, relacionada a higiene, locomoção, alimentação e zelando pela segurança. “Ele também tem que saber ouvir, manter a calma em situações críticas e atuar com descrições em situações especiais” (Campinas, 2021).

Diferentemente de Campinas, o Município de Aurora (estado), criou cargos que atribui ao cuidador nomeamos de Profissional de Apoio Escolar, entende-se através

do documento da Prefeitura que esse profissional além de promover os cuidados básicos, necessita auxiliar a criança nas atividades escolares e no processo do desenvolvimento de aprendizagem. A Prefeitura do Município aprovou, sancionou e promulgou a Lei nº 452 (2022) que compete ao cargo Profissional de Apoio Escolar – Cuidador:

Art. 2º. Compete ao Profissional de Apoio Escolar —Cuidador

1- Participar em conjunto com educadores, da execução e da avaliação das atividades escolares

II - Acolher os alunos no horário de entrada e entrega dos mesmos ao responsável no horário da saída

III - Inteirar-se da proposta da Rede Municipal da Educação de Aurora

IV - Participar ativamente, no processo de adaptação dos alunos no ambiente escolar

V - Conhecer o processo de desenvolvimento do aluno, mantendo-se atualizado, através de Leitura, encontros pedagógicos, formação continuada em serviço, seminário e outros congêneres

VI - Auxiliar o educador quanto observação de registro e avaliação do comportamento do desenvolvimento do aluno

VII - Participar juntamente com o educador das reuniões com pais e/ou responsáveis

VIII - Cuidar, estimular e orientar os alunos na aquisição de hábitos de higiene, alimentação e locomoção, compreendido como atividade da vida diária e de vida prática

XIII - Prestar apoio aos professores em sala de aula, com ajuda nas atividades e trabalhos de adaptações

XIV – Auxiliar no aprendizado ao copiar a matéria ou, caso o aluno não tenha autonomia motora ou intelectual para tanto, ler e escrever por ele

XV - Planejar as atividades juntos aos professores das salas de recursos multifuncionais e os professores da sala de aula regular

XVI – Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidade educacionais especiais em todas as atividades da escola, estimular as potencialidades e possibilidades do aluno (Lei Municipal, nº 452, 2022, p. 1).

No documento não é exigido nenhuma qualificação ou nem é previsto treinamento para que esse profissional contemple a função de educar o/a aluno/a. Através dos exemplos explanados acima, evidencia-se que autonomia que os municípios e Estados possuem se contrapõem aos poucos documentos que existem sobre o/a cuidador/a, pois enquanto a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão (2008), “trouxe uma mudança referente às atribuições do profissional de apoio, ele deixa de realizar o apoio pedagógico e passa auxiliar os alunos nas atividades de higiene, alimentação e locomoção” (Martins, 2014, p. 146), de modo que em alguns lugares o/a cuidador/a continua atuando, de forma dissemelhante as normas existentes, atuando com a função educativa, havendo um desvio da função prevista no documento.

Outro documento que segue a mesma linha na definição da função do/a cuidador/a, é a Nota Técnica MEC/SEESP/GAB nº 19, publicada em 2010, que traz a organização e oferta dos profissionais de apoio aos alunos com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento nas instituições de educação, como:

- Os profissionais de apoio às atividades de locomoção, higiene, alimentação prestam auxílio individualizado aos estudantes que não realizam essas atividades com independência. Esse apoio ocorre conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas à sua condição de funcionalidade e não à condição de deficiência
- A demanda de um profissional de apoio se justifica quando a necessidade específica do estudante público-alvo da Educação Especial não for atendida no contexto geral dos cuidados disponibilizados aos demais estudantes
- Em caso de educando que requer um profissional 'acompanhante' em razão de histórico segregado, cabe à escola favorecer o desenvolvimento dos processos pessoais e sociais para a autonomia, avaliando juntamente com a família a possibilidade gradativa de retirar esse profissional
- Não é atribuição do profissional de apoio desenvolver atividades educacionais diferenciadas ao aluno público-alvo da Educação Especial nem se responsabilizar pelo ensino desse aluno
- O profissional de apoio deve atuar de forma articulada com os professores do aluno público-alvo da Educação Especial da sala de aula comum e da sala de recursos multifuncionais, entre outros profissionais no contexto da escola
- Os demais profissionais de apoio que atuam no âmbito geral da escola, como auxiliar na Educação Infantil, nas atividades de pátio, na segurança e na alimentação, entre outras atividades, devem ser orientados quanto à observação para colaborar no atendimento às necessidades educacionais específicas dos estudantes (Brasil, 2010).

O documento não menciona a formação necessária para os profissionais de apoio no âmbito escolar e se detém apenas a abordar quais atividades cabem a esse profissional de apoio, não é do caráter dele atribuir a função de educar e nem desenvolver atividades de dimensão pedagógica. Perante isso, não há exigência de uma formação pedagógica para atuação do/a cuidador/a e seu trabalho se limita apenas a auxiliar a criança nas atividades que limita permitindo que seja incluído/a em outros espaços além da sala de aula. A Nota Técnica reafirma o cuidado destes profissionais como auxílio individualizado aos alunos que não realizam as atividades de alimentação, higiene e locomoção com independência” (Brasil, 2010, p. 01).

Já na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008,) o cuidador é mencionado apenas para suprir as necessidades escolares de higiene, alimentação e locomoção. Apesar do documento abordar a formação ideal para atuar na Educação Especial que é:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da

docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento especializado, nos núcleos de acessibilidades das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta de serviços e recursos de educação especial (Brasil, 2008C, p. 17-18).

No documento relata a importância do professor que trabalha na Educação Especial que além de ter uma formação inicial continua buscando maneiras e cursos para se qualificar e atuar de forma que abracem as diferenças que vão existir dentro de uma educação especializada. Por mais que o documento deixe evidente a seriedade de formação inicial e contínua, não há nenhum trecho que especifique a formação e atuação do/a cuidador/a escolar, e nem é tratada como prioridade. Por mais que haja alguns documentos que tentam formalizar a função desse/a profissional, a falta de centralização da função específica no território brasileiro desse profissional dificulta a construção do seu perfil no ambiente escolar e o entendimento da sua função. Conforme com Vilaronga e Costa (2022, p. 773) afirmam que:

Sobre o perfil desse profissional, entende-se que isso ocorre em detrimento ao baixo investimento de recursos humanos para inclusão escolar, principalmente pela necessidade da presença do professor de educação especial em parceria com professor comum. Muitas vezes o profissional de apoio escolar é visto como único suporte presente dentro da aula, resultando em uma atuação inadequada e, conseqüentemente, havendo práticas consideradas como desvio de função previsto na Lei Brasileira de Inclusão.

A falta de investimento para capacitação deste profissional e a sobrecarga de trabalho evidencia um problema estrutural na inclusão escolar. Compreendemos que para um/a aluno/a com deficiência que necessita do suporte de um/a cuidador/a, necessita ser criadas ferramentas em conjunto com o corpo docente, e este aspecto não se deve limitar a função apenas deste profissional, logo, a inclusão é responsabilidade de todos. No entanto, o/a profissional de apoio acaba assumindo funções que não são suas, podendo gerar um impacto negativo no apoio e no suporte desse/a aluno/a.

A partir disso podemos trazer a reflexão de Fonseca e Bridi (2016, p. 7), que asseguram que:

Conhecer a realidade de como vem se configurando o serviço do profissional de apoio/monitor no contexto escolar é de fundamental importância para compreender a multiplicidade de atuação, responsabilidades e demanda desse profissional que estamos vivenciando no contexto atual.

Entende-se que a função do/a cuidador/a escolar ainda vem sendo construída no ambiente educacional, e a premência de reconhecer a real função dele/a dentro é urgente e latente. É notório que enquanto não existe um documento norteador e definitivo referente a/o cuidador/a escolar, diretrizes específicas sobre quem é profissional e a função que atuará dentro da escola, os acompanhamentos dos educandos sofrem nesse processo de inclusão.

De fato, a atuação desses profissionais é imprescindível para a efetiva inclusão dos estudantes com deficiência no sistema educacional regular e para sua autonomia no ambiente escolar, especialmente para aquelas pessoas com deficiência de grau moderado a severo [...] (Brasil, 2016).

Esses profissionais são de suma relevância, pois como sabemos, além de auxiliar os/as alunos/as nas suas necessidades no cotidiano, ajudam na autonomia, bem-estar, na construção do afeto e na inclusão social dentro do ambiente educacional.

Além da problemática de regulamentar a sua função escolar, o/a cuidador/a sofre com a falta de formalização em relação a sua profissão. Como citado anteriormente no início de texto, embora o trabalho do/a cuidador/a esteja presente na classificação da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) (Brasil, 2002), o/a cuidador/a escolar não tem o reconhecimento como uma profissão e nem enquadrado com um/a trabalhador/a na Consolidação das Leis Trabalho (CLT), ou seja, não possui associação ou sindicato que defendem os direitos trabalhistas. Silva (2018, p. 38) corrobora que “a CBO traz a função do/a cuidador/a em ocupações no mercado de trabalho, mas apenas em registros administrativos e domiciliares, ou seja, a questão do/a cuidador/a escolar não é mencionada”. Dessa forma, a função do/a cuidador/a escolar está vinculada e categorizada como os/as demais cuidadores/as de cuidados especiais que atuam fora do eixo escolar.

Em 2017, houve uma tentativa partindo do deputado federal Eduardo Barbosa que apresentou um requerimento que sugeria a criação da atividade do profissional de apoio escolar dentro da CBO. No documento é relatado que “apesar dos muitos e inegáveis avanços já conquistados pela legislação em vigor, sabemos que as diretrizes legais para educação inclusiva demandam medidas de reforços” (Requerimento, 2017, p. 3) e que “por isso essa medida é tão importante”, afirma o

Deputado, por ser necessário que haja visibilidade e reconhecimento para essa atividade, pois assim atrairá mais trabalhadores para esse mercado.

Nesse sentido, tendo em vista a extraordinária importância do profissional de apoio escolar para a conquista desse desiderato, entendemos ser importante a inclusão de um verbete na CBO, prestigiando essa ocupação. Propomos que o verbete acompanhe a descrição já realizada pelo inciso XIII do art. 3º da lei nº 13.146, de 2015, que contém uma perfeita delimitação das atividades desses profissionais (Requerimento, 2017, p. 3, texto digital).

Essa medida daria reconhecimento para a função desse profissional e ajudaria na construção do/a cuidador/a escolar, além de trazer visibilidade para formalização do trabalho. Em 2023, o Vereador Felix Tesch indica um Projeto de Lei (PL) na tentativa de regulamentar e implantar o piso salarial do cargo de Cuidador da Educação Infantil e Especial do Município. Segundo o vereador:

No momento atual, os profissionais que desempenham a função de Cuidador da Educação Infantil recebem uma remuneração de R\$ 1.212,84 (mil duzentos e dozes reais e oitenta e quatro centavos), um valor inferior ao salário mínimo vigente, de R\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais) Diante dessa disparidade, torna-se necessário urgente a implantação de um piso salarial adequado para esses profissionais (Projeto de Lei nº 91, 2023, texto digital).

O projeto tem como objetivo a regulamentação e a implantação do piso salarial para proporcionar uma remuneração adequada a esses profissionais que desempenham um trabalho árduo e significativo no processo de inclusão das crianças com deficiência. A fixação de um piso salarial justo contribui para o desenvolvimento e trabalho de qualidade.

Embora exista iniciativa para que haja reconhecimento do trabalho do/a cuidador/a escolar como uma profissão digna e de respeito, o sistema ainda carece de determinar as qualificações necessárias para a sua atuação. Entende-se que na atual conjuntura, é indispensável e inegociável a sua presença na promoção da qualidade de vida estudantil e afetiva da criança com deficiência, que o seu trabalho está atrelado ao desenvolvimento desse educador. Hoje, precisa se pensar na complexidade do seu papel e centralizar as atribuições para trabalhar com o público-alvo da Educação Especial.

Em síntese, o/a cuidador/a escolar assumiu uma função primordial no processo de inclusão da pessoa com deficiência, embora seja indiscutivelmente que a sua presença ajuda a superar barreiras, ainda existem muitos percalços que em alguns

pontos, podemos afirmar que, descredibilizam esse profissional. Com base nas discussões realizadas, as quais trazem um panorama sobre a temática, no capítulo a seguir tive o intuito de traçar os caminhos percorridos, assim como os resultados alcançados no campo empírico da pesquisa ora proposta. Para tanto, passaremos a discorrer e analisar a percepção de cuidadores/as escolares sobre sua função, ações realizadas e fundamentos para práticas que fazem parte de seu cotidiano.

4 DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS AOS ACHADOS SOBRE A FUNÇÃO E ATUAÇÃO DO/A CUIDADOR/A NO AMBIENTE ESCOLAR

Compreendemos que todo trabalho científico deve trilhar por caminhos coerentes que tem o intuito de dar base para se atingir os objetivos propostos. Como um processo que requer rigor e métodos nítidos, a pesquisa vise, a partir das inquietações da pesquisadora, de um problema sistematizado e trazer respostas diante de um determinado fenômeno. De acordo com Gil (1999, p. 42):

A pesquisa científica pode ser definida [...] como o processo formal e sistêmico de desenvolvimento do método científico, que tem como objetivo descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

Partindo dessas primícias, a pesquisa permite que o pesquisador busque pelo conhecimento, mediante as experiências, vivências, socialização de saberes e explorando a diversidade e pluralidade do ser humano. Nessa perspectiva, o ato de pesquisar torna-se um mar de possibilidades, descobrimentos e indagações para a pesquisadora e as pessoas que irão participar e ler a pesquisa.

Neste sentido, como parte dos caminhos é fundamental situar que esta pesquisa tem como natureza básica, uma abordagem qualitativa, pois conforme Brandão (2001, p. 13):

A pesquisa qualitativa [...] está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa.

Nessa visão, a pesquisa qualitativa possibilita analisar, observar, descrever e realizar práticas dentro do ambiente pesquisado e compreender o seu conceito. Segundo Mayring (2002, p. 28) descrever “nem estruturas teóricas e hipóteses, nem procedimentos metodológicos devem impedir a visão de aspectos essenciais do objeto”, ou seja, a partir do momento que o/a pesquisador/a se propõe estar no campo, e decide qual será o seu objeto de pesquisa e organiza o roteiro a ser seguido, não pode se limitar apenas aquilo que foi planejado de antemão. A pesquisadora precisa estar aberta às novas ideias, reflexões e portas que serão abertas mediante a evolução da pesquisa.

Ao decorrer de todo o processo do trabalho foi realizado estudo bibliográfico e documental, consultados livros, artigos científicos, teses e dissertações acerca da temática como base ainda em legislações e documentos da educação para embasar a pesquisa. Como destaca Severino (2013, p. 106):

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Mediante o exposto, a pesquisa no que tange os referenciais bibliográficos teve embasamentos em textos que discutem a temática permitindo uma reflexão através da visão de outros/as autores/as sobre o assunto em questão. Além disso, para um melhor aprofundamento foi feita a ida ao campo de pesquisa para a realização de entrevista junto às participantes da pesquisa.

Para a realização da pesquisa, primeiramente, houve a visita na Escola para conhecer a gestora e apresentar a intenção da proposta, enfatiza que a pesquisa bem recebida e a gestora considerou interessante e aceitou que o trabalho fosse feito. Em seguida, foi realizado o convite com as explicações de forma nítida sobre a temática, assim como objetivos para três cuidadoras. Durante a conversa foi esclarecido tudo ocorreria com relação a entrevista, aspectos éticos da pesquisa em seres humanos, além do anonimato com relação a sua identificação e a partir do consentimento delas, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), sendo uma via estas e outra para pesquisadora, ponto que garantiu a legitimidade da pesquisa e segurança as participantes. Pensando em preservar a identidade das cuidadoras, foram escolhidos os nomes: Olivia, Teresa e Biá.

O *Lócus* da pesquisa foi em uma escola da rede pública de ensino da cidade de Imperatriz/MA, ela atende alunos/as do Ensino Fundamental - Anos Iniciais, além de oferecer Pré-Escola e creche. As participantes da pesquisa foram três (3) cuidadoras que atuavam no 1 período. A escola possui uma estrutura mediana para comportar a quantidade de alunos/as matriculados/as, tem oito (8) salas de aula climatizadas, dois (2) banheiros para sexo feminino e masculino, na qual uma boa parte carece de manutenção, possui ainda uma (1) secretaria, uma (1) sala de professores e a diretoria. Na visita realizada na escola, foi identificado que não possui

uma sala de recursos, o pátio não é coberto e não tem refeitório para as crianças poderem lanche/almoçar.

A partir dessa visita e conversa com as envolvidas ficou acordado que seria feita uma entrevista semiestruturada para geração de dados da pesquisa. Para Triviños (1987, p.146):

A entrevista semiestruturada tem como características questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses, surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua tonalidade.

Partindo disso, foi pensada a estrutura da entrevista e criado um roteiro com perguntas (Apêndice B), para conduzir o trabalho, também houve o agendamento prévio das entrevistas e dada sua ocorrência, estas duraram uma média de 20 minutos e ocorreram em fevereiro de 2025.

A partir dos dados gerados escolhemos a análise descritiva para trazer de forma sistemática os resultados e discutir articulado em autores/as que subsidiaram a construção do trabalho. Segundo Gil (2010, p. 42) este tipo de análise:

Têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

É possível dizer que a escolha foi para que pudéssemos entender melhor as características de cada cuidadora que foi entrevistada, compreender o desenvolvimento do seu trabalho e seu perfil enquanto agente no processo de inclusão do/a aluno/a com deficiência a partir das questões que foram apresentadas. Por meio deste processo foi possível obter resultados mais consistentes e confiáveis para geração de dados. Isso é crucial para uma construção de base sólida da pesquisa, além disso os dados puderam ser analisados de uma maneira mais profunda.

Mediante a apresentação dos caminhos que foram necessários para a condução da presente pesquisa nos dedicamos a partir deste ponto a dialogar e analisar os resultados obtidos tendo como propósito explorar a percepção de

cuidadoras de uma escola pública quanto ao trabalho desenvolvido em prol da Educação Inclusiva. Neste sentido, o primeiro passo foi traçar o perfil das participantes da pesquisa, conforme apresentado no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Identificação, perfil e atuação das Cuidadoras

Identificação	Formação inicial	Formação continuada	Tempo de Atuação/ situação funcional	Ano que atua	Condição do/a aluno/a que acompanha
Olivia	Pedagogia	----	3 anos /Contratada	1º Período	Transtorno do Espectro Autista (TEA)
Teresa	Pedagogia (Cursando)	----	6 meses/ Contratada	1º Período	Transtorno do Espectro Autista (TEA)
Biá	Pedagogia	----	3 anos Contratada	1º ano	Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O Quadro 1 traça o perfil das cuidadoras que foram entrevistadas, todas em questão são mulheres. A partir disso, percebeu que duas são formadas em Pedagogia e uma está cursando o curso, embora não haja exigência de formação em nível superior para atuar como cuidadora. Quando questionadas sobre uma formação continuada ou curso de especialização, afirmaram que não possuem. Não há concurso para atuar como cuidadora, conforme pesquisa realizada no *site* da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA, logo, ficou confirmado que as profissionais são contratadas por meio de seletivo, por uma empresa terceirizada, com um contrato de um (1) ano podendo ser renovado para mais um (1).

Para a atuação como cuidadora a exigência é ser maior de idade e ter Ensino Médio Completo. Conforme Lima (2018, p. 118), “as questões sobre o perfil profissional e qualificação necessária para assumirem seus postos de trabalhos ficam a critério das instituições que prestam seus serviços”, ou seja, a empresa que é responsável por contratar e encaminhar o/a cuidador/a para a escola, e, como relatado

pelas cuidadoras entrevistadas, não precisam de formação para atuação. Nesse caso, o cenário para cuidador escolar fica desvalorizado e sem uma legitimidade da profissão.

A inclusão é uma política que visa que todos/as os/as alunos/as independentes de suas condições, possam se desenvolver. Sousa (2020, p. 167) diz que “[...] o paradigma da inclusão, busca criar uma escola baseada na igualdade de direitos e numa sociedade justa e inclusiva”. Deste modo, o suporte do/a cuidador/a é fundamental para o exercício concreto de algumas atividades, isto posto, indagamos sobre como ocorre a condução do processo para que o/a aluno/a acompanhado por elas, seja incluído no ambiente escolar, por meio de atividades ou outras ações. As participantes da pesquisa relataram que: Olivia “Sempre o colocando para participar de alguma forma, para ele se sentir incluído também. Atividade de pintar, atividade de massinha, atividade com blocos”; já Teresa “Geralmente brinco com eles para contar, as atividades em classe são as mesmas que a dos outros alunos, mostro sempre que ele é capaz. Desenvolvo as atividades descritas pela professora”. A cuidadora Biá afirmou:

Procuro sempre colocar ele para fazer amizades e mostrando dividir os brinquedos com os coleguinhas na hora da brincadeira, digo que vai ser bem mais legal e divertida. Recebo com abraço, converso sobre o dia dele, entrego algum brinquedo ou alguma massinha, dou uma voltinha pela escola, dou pecinhas de montar.

É perceptível o cuidado e esforço que as cuidadoras possuem para incluir a criança nas atividades escolares e na interação social. As atividades desenvolvidas com massinha ou blocos são essenciais para o desenvolvimento cognitivo, motor e social. A Teresa e Biá procuram oportunizar às crianças assistidas, as quais são responsáveis, interação com outras crianças através da socialização, atendendo o que é apresentado pela Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 05), ao especificarem que “[...] todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos”. Além disso, põe em prática a ideia de Vygotsky sobre a importância da interação social e da mediação no desenvolvimento infantil, “Nos tornamos nós mesmos através dos outros” (Vygotsky, 1984, p. 56).

A presença do/a cuidador/a em sala de aula é um direito adquirido após a criação de legislações que asseguram e confirmam o quanto suas ações são essenciais para uma boa condução do cotidiano de sala de aula. Para a inclusão ser efetiva, alguns alunos carecem ter este profissional, por isso buscamos identificar a partir da visão destas como ocorre a inclusão escolar, partindo do apoio que realizam. Para Olívia, “A presença do/a cuidador/a em conjunto com o professor ajuda muito mais em todo o processo de inclusão”. O exposto por Teresa demonstra que este inclui “Ensinando e adaptado às atividades”; e, nas palavras de Biá “O cuidador é muito importante porque dedica exclusivamente para essa criança, procura dar o seu melhor e ajudar ele na sala já que tem bastante alunos”.

Em um apanhado geral, as cuidadoras são cientes do seu trabalho no processo de inclusão do/a aluno/a com deficiência e que é fundamental que o professora de sala trabalhe em conjunto com elas. A fala de Olívia relata isso, a importância dessa parceria. Já Teresa, identificamos que ultrapassa o limite da sua função, pois como ela disse, “adaptado às atividades, sabemos que não é o trabalho do/a cuidador/a desempenhar essa atividade, mas reconhecemos a sua intenção de querer que a criança seja incluída. Por fim, Biá ressalta sobre atenção individualizada que é possível ser feita com o cuidador, pois em sala numerosa pode ocorrer do/a professor/a não conseguir atender todos/as os/as alunos/as. Salientando novamente, embora façam o trabalho de adaptar atividades ou ensinar quando necessário, não cabe à elas desenvolverem essa função. O/A profissional cuidador/a não é professor/a.

Diante das discussões realizadas por meio de diferentes autores e documentos legais que discutem sobre a função do/a cuidador/a, nos motivou compreender a percepção das participantes da pesquisa, se estas consideram que as atividades que são desenvolvidas em sala de aula estão em conformidade com sua função. Todas afirmaram que estão: “Sim, estão” (Olívia); “Sim” (Teresa); “Estão sim” (Biá). Com base nesta pergunta buscamos entender quais eram as atividades que fazem parte do cotidiano de trabalho destes/as profissionais, tendo como base algum documento oficial que assegure esta função. Suas respostas encontram-se a seguir: Auxiliar nas atividades, higiene e locomoção, atua nas atividades escolares (Olívia); No documento de funções do cuidador, cita os/as cuidadores/as a seguir: alimentação, higiene, locomoção, trabalhar em conjunto com a professora (Teresa); Além da função

de cuidar do aluno, assumo o papel de professor/a, elaborando atividades e se dedicando em fazer ele evoluir na escola (Biá).

Conforme as respostas das cuidadoras existe um documento oficial que explicita que para além das atividades relacionadas ao cuidar, também estão expressas ações que se vinculam ao pedagógico, tais como “atividades escolares” destacado por Olivia, além do exposto: “assumo a função de professor, elaborando atividades” enfatizado por Biá. Mediante as respostas das participantes desta pesquisa, é evidente que existe uma carência institucional para definir a função do cuidador na escola para orientar nas atividades cotidianas, embora haja a LBI (2015), que aponta o trabalho do/a cuidador/a está ligado diretamente ao cuidado, locomoção, higiene e mesmo que abra uma margem para o vínculo pedagógico com “atividades escolares”, não é papel do cuidador assumir a função de professor/a e educar o/a aluno/a. A norma técnica de nº 19 (2010) diz que “Não é atribuído a este profissional desenvolver atividades educacionais diferenciadas e nem se responsabilizar por seu ensino”.

Na continuidade das discussões referente ao trabalho pedagógico, averiguamos que ações são realizadas por estas profissionais, como por exemplo, elaboração de atividades, planejamento, entre outras, no cotidiano no trabalho junto a/o aluno/a acompanhado/a. A resposta de Olivia descreve “Planejamento”; conforme enfatizado por Teresa e Biá, este ponto não é concretizado. Teresa apontou que: “Na escola na qual trabalho, o planejamento é feito somente pela professora” e Biá reforçou que “apenas tento incluir ele nas atividades que a professora propõe, por exemplo, quando tem apresentação sempre tento colocar ele no papel importante em uma peça”. Aqui podemos observar que Olívia faz além do que a função permite, conforme (França, Oliveira e Oliveira, 2020, p. 8) apontam:

A ação de planejar ultrapassa o planejamento propriamente dito, interferindo nas relações que estão para além da escola, e isso nos faz refletir que é fundamental tal ação no contexto escolar, mas que o cuidador não está apto a contribuir de forma incisiva, pois para isso são necessários conhecimentos acadêmicos, concernentes ao planejamento de atividades, que colaborem com o progresso da aprendizagem dos sujeitos.

Conforme destacado acima, o planejamento é um ato que reflete nas ações no contexto escolar, logo, está ligada a função do/a professor/a em sala de aula. Embora as participantes da pesquisa sejam formadas ou estejam em formação, a competência

de atuar como educador/a e planejar as atividades é responsabilidade do professor/a titular de sala, pois é sua função.

Sabendo do trabalho do/a cuidador/a nos preocupou identificar se essas profissionais receberam suporte/treinamento para atuar como cuidadora e se teriam conhecimentos dos desafios que encontrariam. Conforme Olívia expressou, que o suporte que pode oferecer “é preciso que ela seja pensado, repensado, cuidado, ouvido e sentida”; Teresa afirmou: “Infelizmente não tive nenhum tipo de suporte, fui aprendendo na prática” e por fim, Biá diz que “A SEMED oferece treinamento básico antes de começar as atividades, pelo menos eu tive um”. Aqui observamos que como há uma carência de uma política pública que vise o/a cuidador/a e forneça uma capacitação, pois como podemos defender a ideia de uma Educação Inclusiva e que o/a cuidador/a é agente que ajuda a criança com deficiência nesse processo, se não recebe treinamento para atuar em tal área. Além disso, existe falta de apoio para atualizar no trabalho das cuidadoras como destacado em suas respostas: “Falta de materiais, mais informações, falta palestra que poderia nos ajudar no cotidiano” (Olívia); para Teresa “Alguns surtos de crianças atípicas que não gostam de serem contrariadas”; e na visão de Bia “Falta de materiais, fazer o papel da professora... Acaba sobrecarregando, pois tem outras demandas”. Na análise acerca das respostas, confirmamos que Olívia e a Biá declararam sobre a falta de materiais e de informações, além da sobrecarregada de “fazer o papel da professora” que é claramente desvio de função, além disso, a Teresa contribui afirmando da dificuldade de lidar com os surtos das crianças.

Diante do exposto pelas profissionais, o entendimento é que, existem várias adversidades que dificultam o trabalho do/a cuidador/a escolar. A problemática começa na nomenclatura que por muitas vezes abre espaço para este profissional atuar em outras atividades, assim tendo um desvio na função. Percebemos que o/a cuidador/a foi inserido no ambiente escolar para auxiliar a criança com deficiência, mas muitas vezes não fornecem cursos e treinamentos para o desenvolvimento do seu trabalho. É preciso um olhar mais aprofundado sobre esse “novo profissional”, para que condições consistentes sejam concretizadas para o/a cuidador/a, possam atuar para melhorar a construção de uma educação de fato inclusiva e equitativa.

Portanto, diante dos resultados evidenciados e análises aqui descritas, ratificamos a pesquisa reforça a necessidade de maior atenção ao profissional Cuidador. É essencial que seja reconhecido e respaldado por capacitações

específicas para a sua atuação, e ainda que esta seja clarificada para que distorções sobre suas funções não continuem a ocorrer, extrapolando o que é de sua incumbência. Neste mesmo sentido, ainda confirmamos a necessidade de haver a busca pela criação de um documento legal no município de Imperatriz - MA, possa especificar a tanto a nomenclatura quanto as atividades que devem ser efetivamente exercidas no ambiente escolar. Apenas como condições adequadas de trabalho, formação continuada e reconhecimento da profissão de forma consistente, será possível assegurar de forma palpável a atuação deste profissional para criar um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ambiente escolar atualmente temos identificado a presença do Cuidador, um profissional que entrou no cenário escolar para dar suporte e viabilizar que o processo inclusivo de alunos com deficiência possa ser efetivo. Por ser uma situação relativamente recente, sua presença tem sido incorporada conforme as necessidades ocorrem e sua função é por vezes, variada, situação que tem em alguns aspectos tem promovido dúvidas sobre sua atuação. Neste contexto, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção de cuidadoras sobre a função e atuação concretizada em sala de aula para a promoção da inclusão em uma escola pública de Imperatriz/MA.

Considerando a problemática que envolve o trabalho foi traçado o primeiro objetivo que buscou situar alguns apontamentos históricos sobre a educação de pessoas com deficiência. No contexto histórico, a pessoa com deficiência era vista como impura e indesejada para conviver na sociedade, consequentemente, os direitos básicos eram negados, incluído o direito à educação. Dessa forma, a segregação durou anos e anos, pois como não eram reconhecidos como um indivíduo digno, não tinham voz para lutar por seus direitos. A partir de documentos legais, conferências e reflexões sobre a pessoa com deficiência e educação, pôde se pensar em maneiras e artifícios para iniciar o processo que visou incluir a pessoa com deficiência no cenário educacional, reconhecendo-o com um ser pensante, ativo e importante na sociedade.

Considerando o momento atual e a relevância do trabalho do cuidador dentro do ambiente escolar, intencionamos discutir sobre a profissão do cuidador, bem como sua função em âmbito educacional, para tanto, foi necessário fazer um apanhado teórico sobre cuidador, sua função, atuação em ambiente escolar. Utilizamos documentos legais que abordam sobre este profissional que especificam sobre estes aspectos, com o intuito de compreender melhor este assunto, que de acordo com as pesquisas realizadas em diferentes materiais, como livros e artigos científicos, é ainda pouco debatido.

Com vistas a obter maiores aprofundamentos realizamos uma pesquisa de campo junto a três (3) cuidadoras, momento em que nos propomos a explorar a percepção de cuidadoras de uma escola pública quanto ao trabalho desenvolvido em prol da Educação Inclusiva. Conforme os resultados ficou denotado que mediante ao

processo de uma educação inclusiva, foi destinado ao profissional cuidador auxiliar o aluno com deficiência aos cuidados básicos: locomoção, higiene e alimentação. Porém, durante o estudo sobre o assunto percebemos que este perpassa a sua função, pois muitas vezes as cuidadoras assumiram funções que não lhe cabiam, tais como, o ato de educar, realizar planejamento e auxiliar em atividades pedagógicas.

Ainda neste sentido, as impressões obtidas a partir da análise feita nesta pesquisa, demonstram que atualmente estes profissionais necessitam de melhores condições de trabalho e de cursos para treinamento e capacitação dos saberes para o auxílio de crianças com deficiência. Embora não seja do seu caráter profissional educar o aluno, o cuidador é aquele que acolhe, desenvolve e prepara o aluno com deficiência para exercer a sua autonomia, muitas vezes o cuidador não se sente preparado para exercer tal função.

É necessária uma reflexão mais profunda sobre a função do cuidador, pensando em particular, nas ações que devem ser realizadas dentro da sala de aula. Pois, a atuação do cuidador na prática está acontecendo, como percebida nas respostas das participantes desta investigação, de forma a extrapolar suas funções, talvez por falta de nitidez sobre o que é de sua responsabilidade ou ainda pela necessidade apresentada em determinados momentos, o que acaba transcendendo sua função. As políticas públicas trazem o cuidador para um cenário de inclusão e possibilidades, mas também é necessário que haja entendimento sobre suas reais atribuições, com determinações oficiais que possam dar segurança e valorização para este profissional, além da promoção de conhecimentos para um trabalho ainda mais coerente e inclusivo.

A partir do evidenciado, ressaltamos que esta pesquisa abre caminhos para outras investigações e debates sobre este profissional, pois acreditamos que, mediante o exposto aqui, convém aprofundamentos sobre formas viáveis para a criação de normas, leis, enfim, documentos legais que possam regulamentar e centralizar as atividades que serão desenvolvidas pelo cuidador no âmbito federal e no município de Imperatriz/MA.

Em síntese, evidenciamos que o cuidador tem uma função fundamental na construção de uma educação inclusiva, por atuar como ponte em um sistema educacional equitativo. Mas para que isso aconteça, é necessário propiciar melhores condições para que o cuidador exerça a sua função de forma eficaz e objetiva. Portanto, a educação inclusiva precisa romper obstáculos que dificultam a construção

de uma educação mais assertiva, é notório que há um longo caminho a ser percorrido, em que precisa ser debatido mais sobre o cuidador, sobre sua função e sobre a sua preparação antes de estar no ambiente escolar. Dessa forma, o cuidador se sentirá mais preparado e capacitado para desenvolver o seu papel e contribuir na autonomia da pessoa com deficiência na escola.

REFERÊNCIAS

BOTUR, Geralda Catarina Bressianini; MANZOLI, Luci Pastor. **Resgate Histórico da Educação Especial em Instituições Filantrópicas e Rede Pública na Cidade de Ribeirão**, Preto-S.P., Comunicação Científica: A Formação Docente na Perspectiva da Inclusão. IX, Congresso Estadual Paulista sobre formação de Educadores, Universidade Estadual, Paulista, Pró-reitora de Graduação, 2007, p. 64-76.

BRASIL, **Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/lei_brasileira_inclusao_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em: 18 de março de 2024

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Brasília: DF, 1990.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação**. Brasília, 2010.

BRASIL, Câmara dos Deputados, **Contratação de profissional de apoio escolar para alunos da educação especial**, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1012740-camara-aprova-contratacao-de-profissional-de-apoio-escolar-para-alunos-da-educacao-especial-acompanhe/>. Acesso em: 23 de maio de 2024

BRASIL, Projeto de Lei nº , 23 de novembro de 2017, Eduardo Barbosa. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1626569. Acesso em: 11 de maio de 2024

BRASIL, **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília– Janeiro, 2008.

BRASIL, **Básico de cuidador escolar na Educação Infantil**, Portal IDEA.

BARBOSA, Verônica Marques da Silva; ALMEIDA, Marcia Batista; NASCIMENTO, Silvana Neves. **O Papel do cuidador (a) no contexto da educação inclusiva: o caso do município de Campina Grande**.

BRASIL, **Classificação Brasileira de Ocupações**, 2010, 3º ED. Brasília

CASTRO, Heloísa Vitória de. **Educação Especial e Inclusão de Pessoas com Deficiência na Escola: Um Olhar Histórico – Social**.

CAMPINAS, **Orientação sobre o serviço de cuidador**: organização do trabalho, trâmites para solicitação e funções. Junho, 2021.

COSTA, Juliane D. Vasconcelos; VILARONGA, Carla A. Rios. **Papeis dos Profissionais de Apoio Escolar na Educação Infantil em um Município do Pará, Zero–a–Seis**, Julho, 2022.

CONAE, **Conferência Nacional de Educação**, Documento Final. Brasília, 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Espanha, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2024

EDITORIAL, **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial**: enlaces e desenlaces, Cienc.Educ, Bauru, v.23, 2017.

FRANÇA, Maria Genuíno; OLIVEIRA, Beatriz Lima de; OLIVEIRA, Kalina de França. **O cuidador escolar como agente de inclusão**. 2020, Maceió.

FONSECA, Manoela; BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **A atuação do profissional de apoio/monitor na rede privada de ensino**, In: ANPED SUL. Reunião Científica Regional da ANPED: Educação, movimento e políticas governamentais, XI, 2016, Curitiba. Anais...Curitiba, Paraná: UFPR, 24 a 27 de junho de 2016.

FIGUEIRA, E. **Caminhando no silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na História do Brasil. 1.ed. São Paulo: Giz, 2008

FREIRE, Katia M. de Aguiar; BRITO, Maria D. Oliveira; SILVA, Heber Ferreira. **Acessibilidade e Inclusão**: A importância do Cuidador de crianças com deficiência física na escola, v. 4, 2019

GIL, A. C. Método e técnicas de pesquisa social. São Paulo, SP: Atlas. 1999.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. Subprocuradora Geral do Trabalho. Conselho do CONADE

LIMA, Leidy Jane Claudino de. **Cuidadores escolares e inclusão educacional**: uma análise das políticas públicas que regulam o trabalho do cuidador na escolar. Dissertação de mestrado. João Pessoa: UFPV, 2018.

LANNA Junior, Mário Cléber Martins. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretária de Direitos Humanos. Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Brasília: Ministério da Educação, 1.

Lei Municipal nº 452/2022. **Prefeitura Municipal de Aurora**, Ceara. Fevereiro, 2022. Disponível em [:https://aurora.ce.gov.br/arquivos/1554/LEIS%20MUNICIPAIS_452_2022_0000001.pdf](https://aurora.ce.gov.br/arquivos/1554/LEIS%20MUNICIPAIS_452_2022_0000001.pdf). Acesso em: 14 de maio de 2024

MAYRING, Ph. **Einführung in die qualitative Sozialforschung** [Introdução à pesquisa social qualitativa]. Weinheim, DE: Beltz, 2002

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve Histórico da Educação Especial no Brasil**. Revista Educacion y Pedagogía, v. 22, n. 57, maio-agosto 2010, p.93-109.

MEC, **Experiencias Educacionais inclusivas**: Programa Educação Inclusiva: direito À diversidade, Brasília, 2006.

PEREIRA, Talita de Castro; FREITAS, Maria Celicia Martinez de Amaro. **O papel do professor de apoio na escola regular**. Anápolis - GO, 2020.

PEREIRA, Marcio. **A História da Pessoa com Deficiência**, UEMG, 2017.

Projeto de Lei nº 91 de 2023, Ve. Felix Tesch. Disponível em: <https://www.camarafundao.es.gov.br/noticia/ler/630/vereador-felix-tesch-indica-projeto-de-lei-para-regulamentar-e-implantar-o-piso-salarial-do-cargo-de-cuidador-da-educacao-infantil-e-especial-no-municipio>. Acesso em: 20 de maio de 2024

Projeto de Lei nº xx, 15 de dezembro de 2010, Dep. Eduardo Barbosa. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=830055#:~:text=58%20da%20Lei%20n%C2%BA%209.394,educando%20portador%20de%20necessidades%20especiais. Acesso em : 10 de maio 2024

Resolução CNE/CEB nº2, **Conselho Nacional de Educação**. Setembro, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2024.

Requerimento nº , 23 de novembro de 2017, Câmara dos Deputados. Eduardo Barbosa. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1626569. Acesso em: 11 de maio de 2024

SASSAKI, Romeo Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v.34, n. 83, 1998

SANTOS, Jusiary P. C; VELANGA, Carmen Tereza; BARBA, Clarides Henrich. **Os paradigmas históricos da inclusão de pessoas com deficiência no Brasil**, Porto Velho, 2017.

SILVA, Sayonara Meireles. **Educação Inclusiva: A importância do cuidador escolar no acompanhamento do educando com deficiência**. Joao Pessoa, 2018.

SILVA, Nayara Costa. **Atuação de cuidadores em salas regulares: desafios e possibilidades**, Manhaçu, 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

UNICEF, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Conferência de Jomtien–1990)**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial->

[sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990](#). Acesso em: 25 de abril de 2024

VYGOTSKY, V. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984 [org. M. Cole e outros – textos originais de diferentes datas].

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as cuidadoras

Prezado (a) participante:

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **A PERCEPÇÃO DE CUIDADORAS SOBRE SUA FUNÇÃO E ATUAÇÃO EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE IMPERATRIZ/MA** desenvolvida por Andressa da Silva Grangeiro, discente do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, Centro de Ciências de Imperatriz (CCIM), sob a orientação da Profa. Dra. Francisca Melo Agapito, vinculada a esta instituição.

O objetivo geral desta investigação é: Analisar a percepção de cuidadoras sobre sua função e atuação na rede pública de ensino de Imperatriz/MA. Sua participação ocorrerá por meio da realização de entrevista semiestruturada, as quais serão gravadas em áudio. Sua participação nesse estudo é voluntária e se você sentir-se desconfortável, constrangido (a) no decorrer das entrevistas diante de questionamentos que serão realizados e impliquem nas respostas dadas ou mesmo por motivos pessoais não esteja disposto (a) em continuar participando, sinta-se à vontade para desistir do processo, pois terá autonomia para fazê-lo. Sobre os citados aspectos ressaltamos que, são assegurados meios para que você tenha o direito de indagar, tirar dúvidas sobre os procedimentos a serem realizados, permitir e conceder suas respostas ou não, além de sua vontade de permanecer ou não pesquisa, mesmo já tendo consentido sua participação.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar da pesquisadora informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo. As gravações serão armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso a pesquisadora e sua professora orientadora. Referente à publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo e todas as informações que permitam identificá-lo (a) serão omitidas.

Ao participar, você contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico com relação à temática referente. De igual modo, possivelmente para o avanço acerca da temática sobre a função do cuidador,

a partir de pressupostos teóricos e práticos para subsidiar ampliação do conhecimento sobre a importância desse profissional e o trabalho que desenvolvido por ele, bem como para a comunidade científica, cujos resultados poderão servir de embasamento para pesquisas futuras e para a inclusão escolar como um todo.

O referente termo apresenta-se expresso em duas vias, sendo uma destinada para o participante e outra para a pesquisadora; todas as páginas serão rubricadas pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora responsável e assinadas ao final do referido termo.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelos pesquisadores através dos seguintes telefones:

Nome e telefone da pesquisadora: Andressa da Silva Grangeiro (99) 99147-1951

Endereço eletrônico: andressa.grangeiro@discente.ufma.br

Nome e telefone da orientadora: Francisca Melo Agapito

endereço eletrônico: francisca.agapito@ufma.br

Imperatriz/MA, ____ de _____ de 2025.

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome do participante

Assinatura do/a participante

Andressa da Silva Grangeiro – Pesquisadora

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para as cuidadoras

Perfil do cuidador

Formação inicial e formação continuada:

Tempo de atuação como cuidador/a:

Você é concursado/a ou contratado?

Deficiência ou outra condição do aluno:

1. De que modo você atua para que o aluno se sinta incluído e apoiado no ambiente escolar, referente as atividades você desenvolve em sala de aula e em outros momentos, no ambiente escolar?
2. Conforme sua compreensão, de que modo a presença do cuidador oportuniza a inclusão escolar de alunos que necessitam deste apoio?
3. Na sua percepção, em que aspectos as atividades desenvolvidas por você estão de acordo com sua função?
4. Especifique o documento que explicita as atividades que você deve exercer como cuidador?
5. Como você desenvolve o trabalho didático-pedagógico junto ao aluno que acompanha?
6. Enfoque os suportes que são/foram dados a você para a realização do trabalho junto ao aluno que acompanha, para que a inclusão escolar seja efetivada?
7. Quais desafios que você enfrenta no dia a dia como cuidador?